

Câmara Municipal Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

ATA Nº 076, DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA, DA QUINTA LEGISLATURA, EM VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ. Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dez, com início às dezesseis horas e dez minutos, tendo como local a Sala das Sessões, reuniu-se a Câmara Municipal de Sertão Santana em Sessão Extraordinária. Havendo quorum legal, o Senhor Presidente solicitou a leitura dos Vereadores presentes. Constatou-se a presença dos seguintes Vereadores: Adair Antonio Bujes, Lilian Schwalm, Alexandro Kologeski, Evandro Robe, Moacir Uhlein, Delmar Guscke, Marcos Aurélio Kologeski Souza, Roberson Jean Cardoso e Paulo Nei August. Em seguida o Presidente solicitou ao Vereador Alexandro Kologeski que realizasse a leitura do trecho bíblico. Logo solicitou ao Secretário que realizasse a leitura da Ata nº 73, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida o presidente solicitou ao Secretário que realizasse a leitura da Ata nº 075, a qual foi aprovada por unanimidade. Logo o Presidente frisou que por se tratar de extraordinária somente será discutido e votado o projeto de Lei nº 1.188, que altera o artigo 14 da Lei Municipal nº 752, de 25 de agosto de 2004, fixando novas alíquotas de contribuição do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como adotando plano de amortização do passivo atuarial. Em discussão, o Vereador Marcos Souza fez uso da palavra para salientar que a posição do PTB continua a mesma e gostaria que o projeto fosse perfeito e não causasse problemas logo ali na frente e a culpa recaísse sobre a oposição. O Vereador Evandro Robe frisou que como vereador do PDT concorda com as palavras do Vereador Marcos Souza. O Vereador Adair Bujes frisou ser do PDT, dizendo que não podendo fazer nada melhor pelo projeto, irá confiar nas pessoas que estão cuidando diretamente do projeto. Como vereador, se pudesse fazer algo melhor, se houvesse tempo legal, faria de tudo pelo bem do pessoal, e, acreditando no pessoal que está cuidando, não tem o porque de fazer algo contrário. A Vereadora Lilian Schwalm Kruger disse manter sua posição junto ao PTB por não ter tempo, não ter entendido bem e deixar dívida para gestões futuras. O Vereador Marcos Souza complementou que nos dois últimos dias, estava tentando, disse ter estado em Santa Cruz, não indo somente a negócio, esteve conversando com assessorias jurídicas sobre o assunto e retornando de lá foi direto a Porto Alegre conversar com um técnico que trabalha com este ponto, sabendo a importância do Projeto, dizendo que pelo fato de ter comparecido na sessão está ajudando na votação, pois se não comparecessem não teria quorum e trariam prejuízo para a população e funcionários, mantendo a

“Povo que tem parlamento é um povo soberano”.

Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

Câmara Municipal Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

posição por não ter tido o convencimento que este é o melhor momento, dizendo que existe o passivo, mas que é dívida, dizendo ter estado reunido pela manhã com o Prefeito, com a Sônia e o Carlinhos, tendo sido enviado ofício de comprometimento de mais adiante negociar um patamar só, pois este cálculo atuarial aprovado tem o cúmulo da dívida que será em dois mil e vinte e três e gostaria que fosse uniforme, uma vez que não fomos os responsáveis pela dívida, acha que todos devem pagar valor igual, não se negando a ajudar o Município, mantendo sua posição, pois ano que vem quer sentar novamente para discutir, para que tudo aconteça da melhor forma para o Município. Logo o Vereador Roberson Cardoso usou da palavra, dizendo que o projeto desde o início foi tratado ser de grande valor, não apenas para o funcionalismo, mas a título de cumprir determinação da legislação, tendo importância para a diversificação da atividade rural do Município, tendo que investir, citando o convênio com a Emater, o projeto da uva, tendo que apostar pra fazer com que produtores venham a acreditar no que estamos propondo e isso está acontecendo, frisando que desde o início tratou e discutiu o prazo, concordando como vereador, e proponente da atualização da Lei Orgânica e Regimento Interno em dois mil e sete, no seu primeiro mandato como vereador, sempre discutiu a questão de tempo com o Executivo, mas como foi demonstrado e provado a questão de tempo que nos deram, tinham que aproveitar para discutir e infelizmente demorou muito tempo na Casa, desejando em nome de Deus que não cause prejuízo nos recursos que estão por vir, tomara a Deus que o repasse para a empresa de sucos esteja mantido, das emendas parlamentares esteja mantido e das consultas populares seja mantido, e que este impasse do Legislativo não tenha causado dano maior ao Município, tendo que dizer isso, pois queria se manifestar na sessão anterior sobre o projeto e não deu, querendo deixar isso bem claro e dizer que a avaliação que foi feita, foi por pessoas capacitadas, sendo leigo no assunto como vereador, mas foi procurar, discutir, saber como estava, a questão do cálculo sim, sempre disse desde o início o que gerou pode ser discutido depois, agora a urgência do projeto, que ainda está pra ser votado sim, tinha prazo bastante curto, mas tinham que discutir e tinham que ter votado. O depois, ver como vai ficar tinham tempo, podiam discutir e requerer ao Prefeito esta discussão, fazendo parte da Câmara de vereadores discutir, mas têm a obrigação de votar este projeto, tanto que vão justificar ao Ministério da Previdência o Projeto e a decisão que foi tomada no legislativo que é pleno. O Vereador Marcos Souza comentou a partir do dito pelo vereador

“Povo que tem parlamento é um povo soberano”.

Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

Câmara Municipal Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

Roberson, que o projeto é de tal importância, que o Vereador Roberson, presidente da Comissão na qual o projeto devia ser estudado, só chamou para discutir o Projeto na última terça-feira, estando o projeto na mão de cada vereador desde o dia primeiro de junho, na primeira terça-feira do mês, chamando a comissão para discussão na última terça-feira, no dia da votação. Ainda pediu vistas numa sessão extraordinária, sabendo que não poderia ir á votação sem parecer, por isso pediu vistas, deixando salientado. A Vereadora Lilian Schwalm Kurger concordou que o projeto é de importância sim, como o vereador Roberson falou, mas no papel que ganharam, no projeto, está que desde dois mil e cinco não são repassadas as verbas, dizendo que deveria ter sido pensado no futuro do Município desde o começo e não na última hora estourar a bomba na nossa mão, como o Vereador Marcos falou, não tem como entender. O Vereador Evandro Robe completou o dito pelo Vereador Marcos, que agora o Executivo quer cobrar dos vereadores, perguntando porque este projeto não se encontrou baixado há mais de um mês na casa, dizendo que na outra sessão veio pessoal da Caixa solicitar números para os vereadores e agora querem largar a responsabilidade com os funcionários sobre os vereadores, que são os culpados por não quererem aprovar o projeto, dizendo que deveriam cobrar das pessoas que estavam na administração naquele ano que fizeram este déficit, perguntando porque nossa Prefeitura não tomou outra atitude como prefeituras vizinhas, frisando ter conversado com vereador de Cerro Grande do Sul, que é seu tio, um ex-prefeito de Cerro Grande, perguntando porque aqui no Sertão não foi feita comissão como foi feita em Cerro Grande do Sul, do FAPAS, que tem presidente, vice-Presidente, tesoureiro e secretário, não cabendo aos vereadores pagar por isso, sendo colocados contra os funcionários, dizendo que os Vereadores que não querem aprovar o projeto, sendo muito errado, frisando terem tido reunião com o Prefeito Sérgio apenas nesta data pela manhã, querendo fazer renegociação para encurtar o prazo ou fazer um plano que fosse baseado para prestação anual fixa. O Vereador Marcos Souza salientou que a Prefeitura Municipal de Tapes tem o mesmo problema do passivo atuarial, negociou e se não fosse dívida, talvez o Prefeito Tejada não teria chamado a responsabilidade para o Executivo e negociado até o final do mandato dele, terminando seu mandato sem deixar nada do passivo para o próximo. Em seguida o presidente Delmar Guscke disse querer dar seu parecer, dizendo a todos os presentes porque está sentado nesta cadeira, dizendo ser porque lhe deram o direito de decidir por vocês, jamais se intimidará ou seu partido dirá como

“Povo que tem parlamento é um povo soberano”.

Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

Câmara Municipal Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

tem que votar, sendo o seu voto de sua responsabilidade e que tem com as pessoas que o colocaram onde está, tendo o direito de defender a sociedade e todos os que estão aqui também tem o dever de atender a sociedade, vendo presentes professoras que ensinam nossos filhos, enfermeiros que estão tratando da saúde das pessoas, operadores de máquinas que estão cuidando das estradas, sendo que cada um ajuda a cuidar da sociedade e os vereadores a cuidar dos direitos da sociedade. O Presidente frisou que quanto ao Projeto, um lado diz que tem que votar contra e o outro diz que tem que votar a favor, ficando bastante polêmico, frisando que entende o lado que ficou contrário, que seria sair daqui sem saber o que fazer, sem saber onde estão os direitos, dizento que nem o Prefeito conseguirá chegar a uma solução se esta não sair do Plenário, dizendo que todos irão embora sem saber como ficará seus direitos, frisando que muitos já disseram para vender os carros, micro ônibus e máquinas que a Prefeitura tem para pagar estes seis milhões e pouco e voltam pro INPS, perguntando se esta seria a solução e como o restante da sociedade iria aceitar uma solução destas, questionando como iria funcionar tudo no Município, sendo consequencias graves a não aprovação deste projeto. Votando a favor, disse não ser técnico, apenas vereador, pessoa bastante simples, mas acompanhou a reunião com a Caixa, trouxeram dois gerentes, explanando para alguns funcionários, mas a solução que eles chegaram para garantir os direitos dos funcionários, mas muitos dizem que a Prefeitura ficará endividada, quebrará a prefeitura, garantindo que não irá quebrar não, porque no ano de dois mil e três a Prefeitura descontava vinte e um por cento de INSS e os funcionários onze, sempre teve dinheiro para dar aumento aos funcionários e cumprir com suas obrigações. Em dois mil e quatro foi criado o FAPAS, foram feitas várias reuniões, ajudou a aprovar, tem a ata para ver a discussão e a sua posição, todos concordaram, daí a Prefeitura passou a contribuir com onze por cento, teve uma economia de dez por cento, mas o funcionário continuou com onze por cento, só que no final de dois mil e quatro a Prefeitura tinha cento e trinta e quatro funcionários. Naquela época foi feito cálculo mais ou menos de que estes onze por cento suportariam os direitos deste funcionários. Hoje, dois mil e dez a Prefeitura tem em torno de cento e oitenta e dois funcionários vinculados ao RPPS, dizendo que existe comentário de que a Prefeitura tem dívida de seis milhões, setecentos e trinta e dois mil reais, concluindo que na verdade é um cálculo equatorial que foi feito pelo pessoal e técnicos da Caixa e se fosse feito um aumento de onze pra dezesseis por cento, apenas esta diferença de seis por

“Povo que tem parlamento é um povo soberano”.

Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

Câmara Municipal Sertão Santana

Estado do Rio Grande do Sul

cento que vai ser acrescido, que a Prefeitura vai pagar, é que vai garantir durante trinta anos o direito da aposentadoria de vocês. Então esta é a polêmica dos seis milhões, setecentos e trinta e dois mil reais, sendo apenas um desconto de seis por cento a mais que a Prefeitura vai fazer para garantir o direito de quando os funcionários vierem a se aposentar. O Presidente frisou que claro, agora apertaram o prefeito e ele tem que dar garantia pro direito dos funcionários e, tem que tomar uma solução e esta foi a melhor, não tendo nada que dizer que vai quebrar a prefeitura, porque a Prefeitura já descontava vinte e um por cento, claro que não tinha este número de funcionários, mas foi feito cálculo com estes seis por cento a mais que vai ser pago. Não terá problema para dar aumento ao funcionalismo, não vai quebrar a prefeitura, e, alguns tem preocupação que vai deixar dívida para o futuro, confirmando que claro que vai ficar, concluindo que quem se dispôr e pôr a cara para ser prefeito, botar o nome na rua, quando chegar dentro da Prefeitura claro que vai encontrar alguma coisa que vai ter que pagar depois. Não vai somente chegar na Prefeitura, sentar lá e achar que vai só receber. Terá deveres e contas para pagar, pode herdar alguma coisa, não precisa nem se preocupar. O Presidente concluiu que seu voto dá consciente, não sabendo a decisão do plenário, votando com os funcionários e sociedade, não se intimidando com ninguém lhe dizendo a forma de votar, com nenhuma pessoa, com seu partido ou algum outro partido, dizendo ser escolhido pra sentar nesta cadeira pra votar de acordo com a sociedade e sempre que o povo estiver presente estará junto. Em seguida o Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.188, que foi aprovado por cinco votos favoráveis a três votos desfavoráveis, dos Vereador Marcos Souza, Evandro Robe e Lilian Schwalm Kruger. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrada a presente Sessão Extraordinária, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos.

“Povo que tem parlamento é um povo soberano”.

Doe órgãos, doe sangue: Salve Vidas!